

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Sumário</i> .....	IX
<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i> .....	XI
<i>Obras do Autor</i> .....	XV
<i>A Obra</i> .....	XVII
<i>O Autor</i> .....	XIX
<i>Nota da Editora</i> .....	XXI

### Parte I

#### A SOCIEDADE, O DIREITO, O ESTADO E O TRIBUTO

<b>Capítulo I – O OBJETO DO DIREITO</b> .....	<b>3</b>
1.1. O Direito como técnica e como valor .....	3
1.2. O Direito Tributário, técnica e valor .....	4
1.3. Direito, Sociedade e História .....	4
1.4. O Direito como produto social – Trabalho, Sociedade e Cultura – A experiência jurídica e a história dos homens .....	4
1.5. A Moda, a Moral, a Religião e o Direito – Os sistemas normativos – Liberdade e repressão – Direito e Civilização .....	8
1.6. A inevitável ambigüidade dos sistemas normativos – A questão da justiça – O Direito progressivo .....	10
1.7. O objeto do Direito – Crítica a Carlos Cossio – A perenidade do objeto do Direito .....	12
<b>Capítulo II – O DIREITO COMO OBJETO</b> .....	<b>15</b>
2.1. O fenômeno jurídico como objeto de multivárias disciplinas – O Direito Positivo e a Ciência do Direito .....	15
2.2. As categorias do conhecimento jurídico .....	16
2.3. Direito e linguagem – Ordens e normas jurídicas .....	16
2.4. As normas jurídicas e a teoria de Kelsen – Juízos ônticos e deônticos – Normas primárias e secundárias .....	18
2.5. Normas jurídicas e proposições sobre normas jurídicas – Prescrições jurídicas – O papel dos intérpretes .....	21
2.6. Tipologia jurídica – Normas de organização, de competência, técnicas, de conduta ou comportamentais e sancionantes .....	22
2.7. Tipos de normas encontradas no Direito Tributário .....	24
2.8. Distinção entre normas, leis e proposições jurídicas .....	24
2.9. Existência, validade e vigência das leis – Aplicabilidade, incidência e eficácia das normas jurídicas .....	29
<b>Capítulo III – O OBJETO DO DIREITO TRIBUTÁRIO E O DIREITO TRIBUTÁRIO COMO OBJETO</b> .....	<b>33</b>
3.1. A unidade do Direito – A falsa questão da autonomia dos ramos do Direito .....	33

3.2. A relação fisco-contribuinte como objeto do Direito Tributário .....	34
3.3. Direito Financeiro e Direito Tributário .....	34
3.4. A relação tributária: cerne do Direito Tributário .....	35
3.5. O objeto no tempo e no espaço – O papel do sujeito cognoscente. ....	35
3.6. O Direito Tributário como objeto. ....	36
3.7. Opulência jurídica do Direito Tributário brasileiro – As primícias do intérprete .....	37
3.8. Direito Tributário e Estado. ....	37
<b>Capítulo IV – O ESTADO E SUAS FUNÇÕES .....</b>	<b>39</b>
4.1. O Estado e o poder de tributar – A repartição de competência para tributar – O estatuto do contribuinte .....	39
4.2. As três funções do Estado: legislar, administrar e julgar – A caracterização jurídica dos atos funcionais do Estado sob os pontos de vista material e formal – O Estado e a tributação ...	40
<b>Parte II</b>	
<b>O DIREITO TRIBUTÁRIO QUE ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO</b>	
<b>Capítulo I – O DIREITO TRIBUTÁRIO DA CONSTITUIÇÃO .....</b>	<b>47</b>
1.1. A constitucionalização do Direito Tributário brasileiro .....	47
1.2. O Direito Tributário da Constituição – Os subsistemas tributários .....	48
1.3. Conceito de República – República e igualdade – República e representação popular. ....	48
1.4. República, democracia, representação popular e repartição de Poderes – O controle da Constituição pelo Poder Judiciário .....	50
1.5. República, Constituição dirigente e supremacia do Judiciário. ....	52
1.6. Controle de constitucionalidade de lei estadual ou municipal e respectivos atos normativos – Introdução ao estudo do federalismo brasileiro. ....	60
1.7. A natureza jurídica do Estado Federal – Ligeiro esboço comparativo com outras formas de Estado – Características do Estado Federal. ....	62
1.8. Contraste entre o Estado Federal e a Confederação de Estados. ....	65
1.9. Contraste entre o Estado Federal e o Estado Unitário .....	65
1.10. O Estado Federal e o exercício do poder de tributar .....	65
1.11. A Federação de Estados e a autonomia dos Estados-Membros .....	65
1.12. Presidencialismo e Parlamentarismo – Decretos-Lei e medidas provisórias – Federação e Direito Tributário .....	66
<b>Capítulo II – OS PRINCÍPIOS GERAIS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO DA CONSTITUIÇÃO ...</b>	<b>67</b>
2.1. O sentido do artigo inaugural quanto à repartição das competências tributárias entre as pessoas políticas da Federação .....	67
2.2. A repartição das competências tributárias – Os seus três aspectos relevantes .....	69
2.3. O fundamento do poder de tributar – As pessoas políticas titulares .....	69
2.4. O tributo e suas espécies – Como reparti-los .....	69
2.5. A repartição das competências pela natureza dos fatos jurídicos .....	70
2.6. Competência comum e privativa – As técnicas de repartição .....	70
2.7. Os insumos doutrinários do constituinte – A teoria dos fatos geradores vinculados e não-vinculados. ....	71
2.8. A teoria dos fatos geradores vinculados e não-vinculados enquanto suporte do trabalho do constituinte .....	72
2.9. As técnicas constitucionais de repartição .....	72
2.10. A razão pela qual a competência comum não provoca conflitos entre as pessoas políticas ..	73

2.11. A necessidade de nominar os impostos para depois reparti-los . . . . .	73
2.12. Os empréstimos compulsórios e as contribuições parafiscais em face da teoria dos tributos vinculados e não-vinculados . . . . .	74
2.13. Algumas palavras sobre a linguagem do constituinte e o papel dos seus intérpretes. . . . .	75
2.14. A redução dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais à tricotomia. . . . .	75
2.15. Os níveis de análise da questão dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais: o nível da Teoria Geral do Direito e o nível jurídico-constitucional . . . . .	76
2.16. A classificação jurídica das duas supostas espécies de tributo: contribuições especiais e empréstimos compulsórios – Remissão à Parte III, Capítulos I e II do presente livro . . . . .	77
2.17. Os princípios da capacidade econômica e da pessoalidade dos impostos como princípios orientadores do exercício das competências tributárias . . . . .	78
2.18. O manejo dos princípios da pessoalidade e da capacidade contributiva . . . . .	79
2.19. Capacidade contributiva e discricção legislativa . . . . .	84
2.20. A capacidade contributiva e as espécies tributárias – Capacidade contributiva e extrafiscalidade . . . . .	85
2.21. A capacidade contributiva e o papel do Poder Judiciário. . . . .	87
2.22. A importância dos princípios jurídicos – Os princípios constitucionalizados são obrigatórios. . . . .	91
2.23. Os poderes de investigação do Fisco para aferir a capacidade contributiva . . . . .	94
2.24. O art. 145, § 2º, ou o papel controlador da base de cálculo dos tributos . . . . .	94
2.25. Apontamentos necessários à compreensão da repartição constitucional de competências tributárias . . . . .	98
<b>Capítulo III – A LEI COMPLEMENTAR COMO AGENTE NORMATIVO ORDENADOR DO SISTEMA TRIBUTÁRIO E DA REPARTIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS. . . . .</b>	<b>99</b>
3.1. As leis complementares da Constituição . . . . .	99
3.2. As leis complementares tributárias. . . . .	100
3.3. O lugar da lei complementar no ordenamento jurídico – O âmbito de validade das leis em geral – Enlace com a teoria do federalismo. . . . .	101
3.4. A lei complementar e seu relacionamento jurídico com a Constituição Federal e as leis ordinárias. . . . .	103
3.5. Como operam as leis complementares em matéria tributária. . . . .	104
3.6. Os três objetos materiais genéricos da lei complementar tributária segundo a Constituição Federal de 1988 . . . . .	107
3.7. Conflitos de competência. . . . .	108
3.8. Regulação das limitações ao poder de tributar . . . . .	110
3.9. Apreciações críticas sobre a matéria em exame. . . . .	111
3.10. Normas gerais de Direito Tributário. . . . .	112
3.11. O federalismo brasileiro – Aspectos – Ligação com o tema das leis complementares . . . . .	114
3.12. Temas constitucionais reservados à lei complementar em matéria tributária . . . . .	115
3.13. O “poder” das normas gerais de Direito Tributário em particular . . . . .	117
3.14. Síntese do tema das leis complementares tributárias pelo ângulo aplicativo (normas de eficácia contida e normas de eficácia limitada – como diferenciá-las) . . . . .	120
3.15. Finalização sobre o tema das normas gerais de Direito Tributário – Relatório sobre os temas que pedem lei complementar em finanças e tributação . . . . .	121
3.16. A necessidade de lei complementar prévia para a instituição de impostos e contribuições. . . . .	125
<b>Capítulo IV – OUTRAS REGRAS DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS. . . . .</b>	<b>127</b>
4.1. A competência múltipla das pessoas políticas . . . . .	127
4.2. Empréstimos compulsórios – Competência – Regime jurídico . . . . .	128

4.3. Contribuições para-fiscais – Competência – Regime jurídico . . . . .	135
4.4. Uma questão de Direito intertemporal ou de jurisprudência variante . . . . .	145
4.5. Contribuições em prol de entidades privadas: SESI, SESC, SENAI, SENAC etc. . . . .	149
4.6. Contribuições em favor das confederações sindicais . . . . .	150
4.7. O regime jurídico-constitucional dos empréstimos compulsórios e das contribuições para-fiscais – Síntese . . . . .	152
4.8. Regras constitucionais específicas relativas às contribuições . . . . .	157
4.9. Os pressupostos jurídicos para a instituição de taxas . . . . .	158
4.10. As taxas e os princípios retores da tributação. . . . .	158
4.11. O Poder Judiciário e os princípios justributários . . . . .	160
4.12. Taxas de polícia e taxas de serviço. . . . .	160
4.13. Preconceitos a desfazer em matéria de taxas . . . . .	160
4.14. Teorias errôneas sobre a natureza jurídica das taxas . . . . .	161
4.15. Ainda a serventia da distinção entre taxas de polícia e de serviços . . . . .	162
<b>Capítulo V – LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR – TEMAS AFINS . . . . .</b>	<b>165</b>
5.1. Limitações genéricas e específicas ao poder de tributar . . . . .	167
5.2. Limitações: princípios e imunidades – Diferenças – O fenômeno jurídico da interpolação normativa. . . . .	167
5.3. Imunidade e isenções . . . . .	168
5.4. Normas impositivas, imunitórias e isençionais – A que se destinam – Como se integram na norma de tributação . . . . .	168
5.5. Tipologia exonerativa. . . . .	169
5.6. Imunidade . . . . .	171
5.7. Os efeitos da imunidade . . . . .	172
5.8. A imunidade, a isenção, os seus efeitos sobre as hipóteses de incidência das normas de tributação . . . . .	173
5.9. Equívocos da doutrina tradicional . . . . .	173
5.10. A isenção como exclusão de incidência: outro equívoco. . . . .	175
5.11. A alternativa proposta . . . . .	176
5.12. A diferença entre a exclusão expressa: imunidade e isenções e a não-incidência pura ou natural – Primeira aproximação. . . . .	179
5.13. A questão da não-incidência – Conclusão . . . . .	183
5.14. Exoneração nas conseqüências das normas de tributação – Quantitativas. . . . .	183
5.15. Reduções diretas de bases de cálculo e de alíquotas – O efeito das leis que as prevêm . . . . .	183
5.16. Alíquota zero . . . . .	184
5.17. Isenções parciais . . . . .	192
<b>Capítulo VI – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: EXPLÍCITOS, DERIVADOS E CONEXOS . . . . .</b>	<b>193</b>
6.1. Princípios expressos e conexos . . . . .	193
6.2. As funções dos princípios constitucionais . . . . .	194
6.3. O controle de constitucionalidade das leis a partir da zeladoria dos princípios constitucionais . . . . .	196
6.4. O manejo dos princípios pela doutrina e a jurisprudência . . . . .	200
6.5. O princípio da legalidade da tributação – Evolução histórica e concreção constitucional – O princípio da legalidade tributária, formal e material – Legalidade, anterioridade, tipicidade e irretroatividade como enredo principiológico inextrincável. . . . .	202
6.6. O princípio da legalidade formal e sua evolução em Portugal e no Brasil. . . . .	202
6.7. Legalidade, lei delegada e medida provisória . . . . .	208

6.8. Os princípios da legalidade, anualidade, tipicidade, irretroatividade e anterioridade, todos juntos . . . . .	209
6.9. O princípio da legalidade como princípio fundante dos demais – O princípio da tipicidade ou da legalidade material . . . . .	211
6.10. Exceções ao princípio da legalidade na instituição e na majoração de tributos . . . . .	217
6.11. Os convênios de Estados-Membros relativos ao ICMS e o princípio da legalidade . . . . .	218
6.12. Conclusão sobre a submissão dos convênios à lei . . . . .	222
6.13. As delegações legislativas e o princípio da legalidade da tributação . . . . .	223
6.14. A crônica do princípio da legalidade material no Brasil . . . . .	224
6.15. Interpretação e princípio da legalidade – Interpretação econômica – Evasão fiscal e elisão – Distinções . . . . .	225
6.16. O princípio formal da legalidade da tributação e as medidas provisórias . . . . .	245
6.17. O princípio da não-surpresa do contribuinte (anualidade, anterioridade, lapsos temporais predefinidos) . . . . .	250
6.18. Exceções ao princípio da anterioridade . . . . .	252
6.19. O princípio da anualidade – Seus reflexos na área tributária . . . . .	252
6.20. O princípio da irretroatividade da lei fiscal – Ênfase no imposto de renda em primeiro lugar . . . . .	256
6.21. O princípio da anterioridade – Mecânica de funcionamento em face dos diversos tipos de fatos geradores – Forma, lugar e tempo do pagamento da obrigação tributária – Reserva de lei . . . . .	258
6.22. A irretroatividade da lei e a retrospectividade . . . . .	259
6.23. A irretroatividade da lei, da jurisprudência e da decisão administrativa definitiva . . . . .	261
6.24. Irretroatividade e ação rescisória . . . . .	264
6.25. O princípio da igualdade ou do tratamento isonômico . . . . .	266
6.26. O princípio do não-confisco . . . . .	271
6.27. O princípio do não-confisco e as presunções legais . . . . .	274
6.28. O não-confisco como limite ao poder de graduar a tributação . . . . .	278
6.29. O princípio da unidade federativa – Limitações ao tráfego de pessoas e bens no território nacional – Pedágio . . . . .	280
Capítulo VII – AS IMUNIDADES GENÉRICAS . . . . .	283
7.1. A imunidade intergovernamental recíproca . . . . .	283
7.2. A imunidade dos templos de qualquer culto, dos partidos, dos sindicatos e das instituições de assistência social e de educação . . . . .	295
7.3. A imunidade dos templos . . . . .	299
7.4. A imunidade dos partidos . . . . .	300
7.5. Considerações sobre imunidade das instituições partidárias, religiosas, sindicais, educacionais e assistenciais . . . . .	301
7.6. A imunidade das instituições fechadas e de previdência privada (fundos de pensão) . . . . .	308
7.7. O duplo sentido do <i>nomen</i> “assistência social” no corpo da Constituição de 1988 . . . . .	339
7.8. O sistema previdenciário dos servidores e a seguridade social . . . . .	340
7.9. Regras ancilares das imunidades do art. 150, VI, “a”, “b” e “c” . . . . .	342
7.10. A imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão (art. 150, VI, “d”) . . . . .	342
7.11. A determinação de exteriorizar e esclarecer as comunidades sobre os impostos que incidem sobre mercadorias e serviços . . . . .	349
7.12. Exoneração de tributos, matéria sob reserva de lei . . . . .	350
7.13. O princípio da tributação federal uniforme . . . . .	352
7.14. Substituição tributária progressiva . . . . .	353

7.15. Isonomia nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos – Prevalência do Estado Federal .....	354
7.16. A proibição da isenção heterônoma e as exceções .....	355
7.17. A revogabilidade das isenções anteriores à Carta .....	356
7.18. A vedação que proíbe aos estados e aos municípios estabelecerem diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza – O mercado comum brasileiro .....	357
7.19. Vedações inerentes à substituição tributária para a frente .....	358
7.20. A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	358
<b>Capítulo VIII – OS IMPOSTOS DA UNIÃO, OS PRINCÍPIOS E VEDAÇÕES QUE LHES SÃO PRÓPRIOS .....</b>	<b>359</b>
8.1. Os impostos de importação e exportação .....	360
8.2. O imposto sobre grandes fortunas .....	360
8.3. O imposto sobre produtos industrializados – IPI .....	361
8.4. O imposto sobre operações financeiras ou sobre operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários .....	362
8.5. O imposto sobre a propriedade territorial rural .....	362
8.6. A imunidade das pequenas glebas rurais ao ITR (Jeca Tatu) .....	363
8.7. O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza .....	364
8.8. O imposto de renda periódico e os princípios da anterioridade e da irretroatividade – A lei de regência dos fatos geradores .....	366
8.9. O imposto de renda anual é periódico – A lei aplicável é a vigente antes de iniciar-se o período em que se realizam os fatos jurídicos .....	372
8.10. A progressividade no imposto de renda .....	374
8.11. A seletividade do IPI – Juízo crítico .....	375
8.12. A imunidade dos aposentados e pensionistas com idade superior a 65 anos .....	375
8.13. A extrema liberdade fiscal do Executivo Federal .....	375
8.14. A periodização dos impostos e o princípio da anualidade – Aplicabilidade ao imposto de renda .....	376
8.15. A competência privativa e residual da União para instituir novos impostos, contribuições sociais e impostos extraordinários de guerra .....	377
<b>Capítulo IX – OS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL – DOS PRINCÍPIOS E VEDAÇÕES QUE LHES SÃO PRÓPRIOS .....</b>	<b>381</b>
9.1. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior) .....	384
9.2. O fato gerador do ICMS em sentido genérico .....	387
9.3. Crédito e ICMS – Negativa de crédito nas exonerações .....	388
9.4. ICMS – Como apurar o valor devido .....	394
9.5. As operações com energia elétrica, petróleo e seus derivados (combustíveis líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes) – As inovações da Emenda 33 .....	397
9.6. ICMS – Incidência na importação de bens para o ativo fixo e para consumo próprio do estabelecimento, ainda que realizada por pessoas físicas .....	409
9.7. As alíquotas do ICMS – Competência para fixação .....	410
9.8. Operações interestaduais a consumidor final noutro estado .....	410
9.9. As alíquotas seletivas ou a seletividade do ICMS .....	410
9.10. IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores .....	411
9.11. O imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens e direitos (o imposto sobre heranças e doações) .....	411

9.12. As alíquotas de heranças e doações – Seus fatos jurígenos .....	412
9.13. Heranças e doações e a questão do montante partilhável .....	412
9.14. A imunidade do ICMS das operações (interestaduais) que destinem petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica a outros estados .....	413
9.15. A imunidade da energia elétrica e dos combustíveis líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes, dos minerais do país e dos serviços de telecomunicações a certos impostos .	413
<b>Capítulo X – OS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS, PRINCÍPIOS E VEDAÇÕES QUE LHES SÃO PRÓPRIOS .....</b>	<b>415</b>
10.1. O IPTU .....	416
10.2. A progressividade no IPTU .....	422
10.3. O IPTU e a “planta de valores” genérica .....	425
10.4. O imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos por ato entre vivos .....	427
10.5. ITBI – Problemas decorrentes da partilha de bens entre vivos .....	427
10.6. A imunidade de certas transmissões <i>inter vivos</i> de bens imóveis .....	428
10.7. O imposto sobre serviços de qualquer natureza .....	430
10.8. As alíquotas do ISS .....	432
10.9. A imunidade dos serviços destinados ao exterior (ISS) .....	432
10.10. A Emenda nº 37 e o ISS .....	433
<b>Capítulo XI – A REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS .....</b>	<b>435</b>
11.1. Participação direta dos estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação de impostos federais .....	435
11.2. Participação direta dos municípios .....	436
11.3. O fundo ouro .....	436
11.4. Participações indiretas .....	436
11.5. O fundo compensatório .....	437
11.6. A vedação de “negociação” .....	437
11.7. O papel do Tribunal de Contas .....	437
<b>Parte III</b>	
<b>O DIREITO TRIBUTÁRIO QUE ESTÁ NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E NAS LEIS COMPLEMENTARES SUBSEQÜENTES</b>	
<b>Capítulo I – O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL ...</b>	<b>441</b>
1.1. Advertência prévia sobre o conteúdo compromissório do CTN .....	441
1.2. O Sistema Tributário Nacional .....	445
1.3. O caráter jurídico do CTN .....	445
1.4. O Sistema Tributário e a Federação .....	446
1.5. Os dois livros do CTN .....	446
<b>Capítulo II – O CONCEITO DE TRIBUTO .....</b>	<b>449</b>
2.1. A necessidade de o Estado cobrar tributos .....	449
2.2. O conceito jurídico de tributo .....	450
2.3. O tributo no quadro de receitas do Estado .....	450
2.4. A expansividade do conceito de tributo no Direito brasileiro .....	451
2.5. O tributo como norma jurídica .....	452
2.6. A importância do aspecto pessoal na hipótese de incidência tributária .....	454
2.7. A complexidade das fórmulas de cálculo do tributo devido .....	456

2.8. Os equívocos da doutrina tradicional na consideração do fato gerador dos tributos . . . . .	457
2.9. A estática e a dinâmica da norma tributária – A fenomenologia da incidência da norma tributária . . . . .	459
2.10. O conceito de tributo no Direito brasileiro, sua excelência dogmática . . . . .	463
2.11. O tributo como obrigação . . . . .	465
<b>Capítulo III – AS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS: OS IMPOSTOS, AS TAXAS E AS CONTRIBUIÇÕES . . . . .</b>	<b>467</b>
3.1. O tributo como ente jurídico unitário e a sua divisão em espécies – A teoria dos tributos vinculados ou não a uma atuação do Estado relativamente à pessoa do pagante . . . . .	467
3.2. A teoria dos tributos vinculados ou não a atuações estatais e a classificação das espécies . . .	471
3.3. A análise do fato gerador para determinar a natureza jurídica do tributo – Proposta classificatória . . . . .	473
3.4. As contribuições especiais ou parafiscais no Direito brasileiro – Natureza jurídica . . . . .	474
3.5. A especificidade das contribuições previdenciárias e assistenciais sinalagmáticas – Tributos vinculados a atuação estatal – Diferenças entre elas e as contribuições especiais com natureza de impostos . . . . .	478
3.6. Esforços classificatórios, a importância do tema – A natureza jurídica específica das contribuições especiais referidas na Constituição . . . . .	481
3.7. Contribuições de melhoria, uma visão inovadora do instituto – Parentesco com a contribuição especial . . . . .	484
3.8. A contribuição de melhoria tipo custo na opção constitucional de 1988 . . . . .	486
3.9. Taxas e preços – Preços públicos e privados . . . . .	487
3.10. Custas e emolumentos são taxas? É possível distribuir o produto das custas? . . . . .	492
3.11. Ligeiro esboço histórico sobre as custas . . . . .	493
3.12. A assimilação das custas pelo tributo denominado taxa – Legalidade da destinação da receita assim havida às Caixas de Assistência dos Advogados . . . . .	495
3.13. O pedágio, sua natureza jurídica . . . . .	496
3.14. O pedágio, ligeira crônica . . . . .	497
3.15. Pedágio: preço ou taxa? . . . . .	497
3.16. Empréstimos compulsórios – Impostos restituíveis . . . . .	497
3.17. Os impostos indiretos visam à capacidade contributiva dos consumidores – As contribuições especiais que repercutem no consumidor final são impostos indiretos cumulativos . . . . .	498
<b>Capítulo IV – A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA . . . . .</b>	<b>501</b>
4.1. A competência tributária . . . . .	501
4.2. As limitações da competência tributária . . . . .	502
4.3. Os princípios da legalidade, da anterioridade e do livre trânsito no CTN . . . . .	503
4.4. A imunidade intergovernamental recíproca e dos templos de qualquer culto no CTN . . . . .	504
4.5. A imunidade do papel de imprensa e os princípios de resguardo da integridade nacional . . .	506
4.6. Os empréstimos compulsórios no CTN . . . . .	507
<b>Capítulo V – OS IMPOSTOS NO CTN . . . . .</b>	<b>509</b>
5.1. A teoria jurídica dos impostos e a sua positivação no Direito brasileiro – O papel do CTN .	511
5.2. Impostos especiais . . . . .	513
<b>Capítulo VI – IMPOSTOS FEDERAIS . . . . .</b>	<b>515</b>
6.1. Imposto de Importação . . . . .	515
6.2. Imposto de Exportação . . . . .	516
6.3. Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza . . . . .	518
6.4. O conceito de renda na doutrina brasileira . . . . .	520

6.5. Pessoas jurídicas – Sistema para apuração do lucro tributável .....	523
6.6. Lucro real .....	523
6.7. Abandono do lucro real .....	524
6.8. Sistema do lucro arbitrado .....	525
6.9. Sistema do lucro presumido .....	526
6.10. Princípios para a apuração do lucro tributável .....	526
6.11. Componentes do lucro real: lucro operacional e resultados de transações eventuais .....	526
6.12. Os resultados das transações eventuais .....	527
6.13. Pessoas físicas .....	528
6.14. As novidades do fim do século relativas ao Imposto de Renda .....	528
6.15. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI .....	528
6.16. Imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguros e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários – IOF .....	535
6.17. Operações de crédito .....	539
6.18. Operações de câmbio .....	542
6.19. Operações de seguro .....	543
6.20. Operações com títulos e valores mobiliários .....	543
6.21. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural .....	545
6.22. Imposto sobre Movimentações Financeiras, hoje denominado “Contribuição sobre Movimentações Financeiras” .....	547
<b>Capítulo VII – IMPOSTOS ESTADUAIS .....</b>	<b>549</b>
7.1. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA .....	549
7.2. Imposto sobre heranças e doações (transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos) .....	550
7.3. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações – ICMS .....	554
7.4. O princípio da não-cumulatividade .....	555
7.5. O fato gerador genérico do ICMS .....	557
7.6. A natureza jurídica do princípio da não-cumulatividade .....	565
7.7. O ICMS e o IPI são impostos que somente devem onerar o consumo. ....	566
7.8. As exceções constitucionais ao princípio da não-cumulatividade .....	567
7.9. O direito universal à dedução dos créditos relativos à aquisição de todo o gênero e a inconstitucional restrição ao direito de compensação por período. ....	569
7.10. A Lei Complementar nº 87/96 – Texto básico do regramento do ICMS .....	572
7.11. A cláusula de imediata e preferencial restituição prevista no § 7º do art. 150 da Constituição – Efeitos práticos – O recurso à analogia a teor do Código Tributário Nacional – Inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 92/97 .....	579
7.12. A tributação dos combustíveis e da energia elétrica. ....	591
7.13. A tributação do transporte de passageiros .....	591
<b>Capítulo VIII – IMPOSTOS MUNICIPAIS .....</b>	<b>607</b>
8.1. Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis a título oneroso (exceto doações) ..	607
8.2. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU .....	610
8.3. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS .....	614
<b>Capítulo IX – AS TAXAS NO CTN .....</b>	<b>639</b>
<b>Capítulo X – AS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA NO CTN .....</b>	<b>643</b>
10.1. Contribuições de melhoria tipo custo e tipo valorização .....	643

10.2. Distribuição de receitas tributárias .....	645
<b>Capítulo XI – CONCEITO, VIGÊNCIA, INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>649</b>
11.1. A compreensão da expressão “legislação tributária” .....	649
11.2. O papel subalterno dos decretos do Executivo em matéria fiscal .....	650
11.3. A proteção da confiança dos atos administrativos em matéria fiscal .....	651
11.4. A impropriamente denominada coisa julgada administrativa e seus efeitos .....	651
11.5. A natureza da correção monetária e das majorações indiretas dos tributos .....	653
11.6. As práticas reiteradas das autoridades administrativas .....	653
11.7. As questões relativas aos tratados internacionais .....	654
11.8. Validade e extensão dos tratados internacionais em matéria tributária perante a Constituição Federal de 1988 .....	655
11.9. A União Federal na ordem jurídica internacional e na ordem jurídica interna .....	656
11.10. A superioridade da Lei Complementar Tributária de normas gerais sobre os ordenamentos jurídicos parciais da União, dos estados e dos municípios .....	658
11.11. A questão do ICMS e do ISS – Possibilidade de tratado internacional celebrado pela República Federativa do Brasil obrigar estados e municípios .....	659
11.12. O controle prévio dos tratados e convenções internacionais pelo Supremo Tribunal Federal .....	660
11.13. Isenção heterônoma e isenção convencional .....	660
11.14. Os tratados na jurisprudência brasileira .....	666
11.15. A vigência no tempo e no espaço da legislação tributária .....	673
11.16. A extraterritorialidade da legislação tributária .....	675
11.17. A vigência das normas complementares do art. 100 .....	675
11.18. O princípio da anterioridade no CTN .....	676
11.19. A anterioridade da lei em relação ao fato gerador .....	677
11.20. A retroatividade benigna ao contribuinte .....	679
11.21. Regras de interpretação da legislação tributária .....	680
11.22. Regras de integração da legislação tributária .....	683
11.23. A recepção do Direito Privado e a dação de efeitos fiscais próprios – O abuso das formas de Direito Privado .....	685
11.24. A rigidez do sistema brasileiro de repartição de competências tributárias – Observância do Direito Privado .....	689
11.25. A interpretação restritiva em Direito Tributário – Quando é aplicável .....	689
11.26. O <i>in dubio pro</i> contribuinte .....	690
<b>Capítulo XII – A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, SUJEITOS ATIVOS E PASSIVOS E A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA SEGUNDO O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL .....</b>	<b>691</b>
12.1. A obrigação tributária na terminologia do CTN – Obrigação principal e obrigação acessória ..	692
12.2. Tributo e multa – Crédito tributário comum .....	693
12.3. A natureza não-patrimonial das obrigações acessórias – Deveres administrativos .....	694
12.4. A conversão da multa em crédito tributário .....	694
12.5. O fato gerador da obrigação principal .....	694
12.6. O “fato gerador” da obrigação acessória .....	696
12.7. O momento da ocorrência do fato gerador – Situações jurídicas e situações de fato – Fatos geradores “pendentes” .....	696
12.8. Aos tributos vinculados a atuações estatais não se aplicam as regras dos “negócios sujeitos a condições” .....	699
12.9. O fato gerador extremado as espécies e subespécies tributárias .....	699

12.10. A capacidade contributiva e o princípio da retribuição .....	700
12.11. Empréstimos compulsórios e contribuições especiais – Seus fatos geradores .....	701
12.12. O Direito Tributário brasileiro e a “interpretação econômica” .....	702
12.13. O sujeito ativo da obrigação tributária .....	704
12.14. Herança de competência tributária .....	705
12.15. O sujeito passivo da obrigação tributária – Contribuintes e responsáveis .....	705
12.16. O pretense sujeito passivo da impropriamente chamada obrigação acessória .....	707
12.17. A importância relativa das convenções particulares em face do dever de contribuir .....	708
12.18. A solidariedade obrigacional passiva .....	708
12.19. Os efeitos da solidariedade em matéria fiscal .....	709
12.20. Interpretação econômica ou pragmatismo fiscal? .....	710
12.21. A tributação dos atos ilícitos .....	711
12.22. O domicílio em matéria fiscal .....	712
12.23. Sujeição passiva direta e indireta – Substituição tributária .....	713
12.24. Responsabilidade tributária por transferência e por substituição .....	715
12.25. O substituto tributário como sujeito passivo direto .....	719
12.26. A responsabilidade tributária na terminologia do CTN – Falta de precisão conceitual .....	720
12.27. A questão da transferência das multas aos responsáveis .....	722
12.28. Síntese sobre a responsabilidade tributária no CTN .....	725
12.29. Responsabilidade de terceiros e multas moratórias .....	726
12.30. Responsabilidade tributária e o dever de reter tributo alheio – Distinção .....	727
12.31. Substituição tributária “para frente” .....	730
12.32. Créditos tributários transferíveis – Extensão e compreensão .....	736
12.33. A chamada responsabilidade dos adquirentes de bens imóveis .....	736
12.34. A responsabilidade dos adquirentes, remitentes e sucessores <i>inter vivos</i> ou <i>causa mortis</i> e do espólio .....	737
12.35. A chamada responsabilidade dos agentes empresariais .....	738
12.36. A responsabilidade de terceiros .....	741
12.37. Os casos de transferência de responsabilidade em razão de culpa ou dolo – A responsabilidade dos diretores, gerentes e administradores de pessoas jurídicas de Direito Privado .....	745
12.38. A tese da objetividade do ilícito fiscal .....	752
12.39. O erro de direito extrafiscal e o Direito Tributário punitivo .....	753
12.40. Tipos de sanção .....	755
12.41. Direito Tributário Penal ou Direito Penal Tributário? .....	756
12.42. O ilícito fiscal e as considerações subjetivas relativas ao agente – Atenuações .....	757
12.43. Multas confiscatórias .....	758
12.44. A personalização das multas fiscais .....	760
12.45. A “ponte de ouro” – Exclusão da responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de infrações à legislação fiscal .....	761

### Capítulo XIII – A CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E A DISCIPLINA DO LANÇAMENTO SEGUNDO O CTN – TIPOS DE LANÇAMENTO .....

13.1. O crédito tributário como parte da estrutura obrigacional .....	767
13.2. A obrigação tributária e o seu objeto: o crédito tributário .....	769
13.3. Obrigação, crédito e lançamento fiscal .....	769
13.4. O papel do lançamento – Ato do Estado-Administração – Primeiras conclusões .....	770
13.5. A obrigação tributária e as alterações do crédito tributário .....	772
13.6. O crédito tributário e o princípio da legalidade .....	773

13.7. O conceito de lançamento no Direito brasileiro – Diferença entre lançamento por homologação e homologação do pagamento do crédito tributário . . . . .	773
13.8. Distinção de lançamento como ato administrativo singular e procedimentos preparatórios e revisionais do lançamento – Lançamentos provisórios e finais, impossibilidade . . . . .	775
13.9. Lançamento e intercadência cambial . . . . .	776
13.10. O lançamento como ato administrativo de aplicação da lei fiscal – Leis substantivas e adjetivas no tempo, regras de aplicabilidade . . . . .	776
13.11. A revisão do ato administrativo do lançamento – As teorias declarativistas e constitutivistas . . . . .	777
13.12. O lançamento como ato administrativo – Características – Natureza declaratória – Caráter de título executivo por falta de auto-executoriedade – Quando o lançamento está pronto e quando é definitivo . . . . .	780
13.13. As hipóteses legais que autorizam a revisão do lançamento . . . . .	781
13.14. A irrevisibilidade do lançamento por erro de direito da Administração – Diferença entre revisão de lançamento e modificação de lançamento definitivo pela Administração . . . . .	781
13.15. Renovação do lançamento por erro formal de agente da Administração – Quando é possível . . . . .	786
13.16. As modalidades de lançamento no Direito brasileiro – Lançamento por declaração . . . . .	787
13.17. Lançamento feito em razão de arbitramento – Quando é possível – Restrições legais . . . . .	787
13.18. Novamente os casos de revisão do lançamento – Lançamentos feitos de ofício . . . . .	790
13.19. O lançamento por homologação – Homologação expressa e tácita – Improriedades – Os termos iniciais e finais para a efetivação de lançamentos de ofício e para a homologação de pagamentos antecipados . . . . .	793
13.20. O valor e o desvalor do chamado <i>lançamento por homologação</i> ou <i>autolancamento</i> . . . . .	795
<b>Capítulo XIV – A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO . . . . .</b>	<b>799</b>
14.1. A moratória e o parcelamento . . . . .	801
14.2. O depósito do montante integral do crédito tributário . . . . .	804
14.3. A concessão de medidas liminares . . . . .	807
14.4. As reclamações e os recursos administrativos . . . . .	808
<b>Capítulo XV – A EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO . . . . .</b>	<b>815</b>
15.1. O pagamento, a forma por excelência de extinção do crédito tributário . . . . .	815
15.2. O dia e o local do pagamento . . . . .	818
15.3. Natureza jurídica do juro moratório . . . . .	820
15.4. A consulta fiscal e seus efeitos . . . . .	821
15.5. Responsabilidade pelo recebimento do crédito tributário – Pagamento e quitações . . . . .	822
15.6. Pagamento em moeda corrente, cheque ou vale-postal, em estampilha, papel selado ou processo mecânico – Os efeitos do pagamento . . . . .	823
15.7. Pagamento sob condição – Incongruência jurídica . . . . .	824
15.8. Imputação de pagamento . . . . .	826
15.9. A consignação judicial do pagamento . . . . .	832
15.10. Pagamento indevido – Repetição do indébito . . . . .	833
15.11. Restituição de tributos indiretos dotados de repercussão jurídica obrigatória . . . . .	835
15.12. Decadência do direito de pleitear a restituição . . . . .	838
15.13. Prescrição da ação para anular a decisão administrativa que denega restituição . . . . .	840
15.14. A compensação – Conceito . . . . .	840
15.15. Tipos de compensação . . . . .	842
15.16. A transação . . . . .	845
15.17. A remissão . . . . .	846
15.18. Distinção entre isenção e remissão . . . . .	847

15.19. A prescrição e a decadência . . . . .	848
15.20. A conversão do depósito em renda . . . . .	854
15.21. A consignação em pagamento – Conversão da oferta de pagamento em renda . . . . .	857
15.22. O pagamento antecipado e a “homologação do lançamento” nos termos do art. 150 e seus §§ 1º e 4º . . . . .	857
15.23. A decisão administrativa irreformável . . . . .	858
15.24. A decisão judicial passada em julgado . . . . .	858
15.25. O controle da constitucionalidade das leis – O sistema misto brasileiro – Peculiaridades, efeitos e conseqüências relativamente às ações rescisórias . . . . .	859
15.26. Inadmissibilidade de ação rescisória de sentença anterior à declaração de constitucionalidade pelo STF . . . . .	863
15.27. Coisa julgada e segurança jurídica . . . . .	864
Capítulo XVI – A EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO . . . . .	867
16.1. Impropriedade gritante . . . . .	867
16.2. A isenção e a sua regulação no CTN . . . . .	868
16.3. A questão da revogabilidade das isenções . . . . .	870
16.4. Isenções autônomas e heterônomas . . . . .	872
16.5. Diferença entre isenção, imunidade e reduções fiscais . . . . .	872
16.6. A anistia e a sua regulação no CTN . . . . .	872
Capítulo XVII – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – CERTIDÕES NEGATIVAS . . . . .	875
17.1. Prólogo – Os conceitos . . . . .	875
17.2. A exposição do patrimônio particular . . . . .	879
17.3. Alienação fiduciária em garantia e venda com reserva de domínio – Os escapes . . . . .	880
17.4. Fraude à execução fiscal . . . . .	880
17.5. Créditos tributários e juízos universais . . . . .	882
17.6. A Fazenda Pública pode requerer a falência do devedor? . . . . .	883
17.7. A massa falida e os créditos tributários . . . . .	885
17.8. O inventário e os créditos tributários . . . . .	885
17.9. A liquidação de sociedades e os créditos tributários . . . . .	886
17.10. Término de inventário, concessão de concordata e fim de falência em face da Fazenda Pública . . . . .	886
17.11. O perigo das constrições oblíquas . . . . .	887
17.12. Administração Tributária . . . . .	889
17.13. Administração Tributária: o poder de fiscalizar e os seus limites . . . . .	889
17.14. O sigilo bancário . . . . .	890
17.15. O sigilo bancário na Constituição Federal de 1988 – Princípios de regência à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal . . . . .	893
17.16. O poder de vistoriar e de exigir documentos – Ato vinculado à lei – Motivo e finalidade . . . . .	897
17.17. O dever de informar e os seus limites . . . . .	898
17.18. O sigilo fiscal tendo como destinatários da norma a Fazenda Pública e os seus agentes . . . . .	900
17.19. A imprestabilidade da prova emprestada . . . . .	901
17.20. A fiscalização <i>manu militari</i> – Motivação e cuidados – Excesso de exação – Proibição do excesso – Responsabilidade Civil do Estado . . . . .	902
17.21. Dívida Ativa – Certidões positivas e negativas – Os tormentos do cidadão – O valor e o desvalor jurídico do ato de inscrição em dívida ativa – Prescrição da ação de execução fiscal . . . . .	906
Bibliografia . . . . .	913